**FACULDADE DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DA REGIÃO MISSIONEIRA**

**- FETREMIS-**

**SEILDA AVELINO DA COSTA SILVA**

**O INTERVALO DIRECIONADO COMO ESTRATÉGIA E COMBATE À INDISCIPLINA NO ENSINO INFANTIL**

**.**

**GUAMARÉ-RN**

**2018**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DA REGIÃO MISSIONEIRA**

**- FETREMIS-**

**SEILDA AVELINO DA COSTA SILVA**

**O INTERVALO DIRECIONADO COMO ESTRATÉGIA E COMBATE À INDISCIPLINA NO ENSINO INFANTIL**

Artigo Científico Apresentado a Faculdade de Educação e Tecnologia da Região Missioneira - Fetremis , como requisito parcial para a obtenção do título de Pós Graduação-Lato Sensu em Educação Infantil.

**GUAMARE-RN**

**2018**

**O INTERVALO DIRECIONADO COMO ESTRATÉGIA E COMBATE À INDISCIPLINA NO ENSINO INFANTIL**

SEILDA AVELINO DA COSTA SILVA

**RESUMO**

O presente trabalho elaborado mostra as causas, consequências e efeitos de um tema em decorrência na experiência Educacional; a Indisciplina no âmbito escolar como também as contribuições nas resoluções de problemas consequentemente gerados por este elemento. O exposto ainda visa conduzir prevenções para a família, escola e professores. Os responsáveis por esta pesquisa foram os estudiosos: AQUINO, LA TAILLE, VASCONCELLOS, entre outros. Essa gama de estudiosos tem como objetivo maior contribuir para um excelente condicionamento no que se refere ao processo indisciplinar. A defesa deste trabalho corresponde como resultado de uma pesquisa-ação, segundo David Tripp, baseada em vivencias socioescolares e num consistente referencial bibliográfico, tendo como objetivo influente a indisciplina, gerada por diferentes aspectos: inato, psicológico e social que adentra aos espaços escolares no comportamento que vai desde a criança até o adolescente transformando dessa forma seu comportamento inadequado, prejudicando o processo de uma aprendizagem do mesmo. Diante disso a escola, juntamente com a família e a sociedade procura obter uma visão mais específica em busca do fator causador da indisciplina viabilizando assumirem seu papel diante deste processo comportamental, vale ressaltar que as instituições escolares incessantemente intensificam amenizar de diversas formas em busca de possíveis soluções de condicioná-los.

Palavras-chave: Indisciplina. Aprendizagem. Limites. Professor.

**INTRODUÇÃO**

É notável que ser um professor, não é tarefa fácil e tão pouco simples, porém, o trabalho do docente tornou-se ainda mais complexo, com o surgimento de novos elementos que só tornou o cotidiano escolar do educador mais problemático em decorrência deste fenômeno existencial na prática pedagógica ,tomando proporções preocupantes, contudo, temos que analisar, buscar novos caminhos que tracem uma resolução para obtenção de bons resultados para que amenize este problemática da indisciplina no espaço escolar. A preocupação que se debruça hoje diante daqueles que estão envolvidos na educação almeja que a escola disponibilize-se de uma ótima qualidade educacional. De modo, que alguns anos atrás, o comportamento indisciplinar instalou-se de maneira gradativa em nossas sociedades e em especial em nossas escolas transformando os educando em pessoas indisciplinadas, mal-educadas, desprovidos de limites e que se tornam protagonistas das agressões verbais como também as físicas. Mediante a pesquisa constatou-se a irreverente indisciplina na hora do intervalo o que podia ser um espaço de construção e descobertas com as brincadeiras, é na verdade um espaço de pancadaria, agressões e pequenos acidentes; surgiu à necessidade de um plano de ação em que consistisse em possíveis soluções e que, ao dividi-los em etapas, foi possível aplicá-lo como subsídio para amenizar essa indisciplina. Utilizando de estratégias como: Contação de histórias dramatizadas ao ar livre, com fantoches, jogos diversos, músicas, brincadeiras cantadas todas com a finalidade de resgatar o lúdico que outrora não é possível no espaço sala de aula, como forma de acalmá-los, de interagir uns com os outros e que se possível adquirissem normas comportamentais mediante as formas das brincadeiras. Em parte houve um entendimento do porque da agitação e que poderia surgir possíveis soluções a fim de minimizar as ações contrárias a esse fenômeno (indisciplina). A relevância desta ação tornou o espaço “intervalo” mais interessante e prazeroso, obtendo resultados satisfatórios em que se observou uma significativa interação entre professores, discentes e todo corpo docente tornando esta ação a este propósito, facilmente presumiu-se, um fator positivo dessa intervenção sócio escolar, que fundamentou suas ações em reflexos positivos mediante o quadro visto no decorrer desta amostragem. Essa pesquisa contribui para possibilitar o exercício teórico-prático e fortalecer a melhor convivência e uma melhor pratica pedagógica. Sendo assim a escola estará cumprindo seu papel socializador. A temática está sendo discutida, pelo fato de está diante de uma grande problemática que ocorre cotidianamente em diferentes espaços educativos, surpreendentemente a indisciplina está sendo detectada nas turmas de Educação Infantil, com crianças de pouca idade – o que implica na necessidade urgente de uma intervenção, com o objetivo de minimizar seus efeitos futuros. Diante disso, torna-se imprescindível a discussão e reflexão sobre o tema. Sabemos que há uma necessidade essencial à educação em estabelecer limites valorizando a disciplina e, sendo assim, se faz necessária autoridade com respeito mutuo, acima de tudo para que a criança torne-se uma pessoa mais educada e consequentemente disciplinada. Nesta pesquisa-ação, objetiva-se fazer uma reflexão mediante os fatores relevantes que contribuem para uma criança ser indisciplinada e /ou com atitudes agressivas, como também entender a relação professor-aluno; analisando assim, o papel da escola defronte as inquietações existentes diante da convivência dos discentes no âmbito escolar. Com base nas teorias dos estudiosos: Nunes, Aquino, La Taille, Vasconcellos entre outros Dividimos este trabalho em seis capítulos, a começar da introdução, aonde apresentamos uma visão geral do trabalho realizado, no segundo capítulo tratamos da educação Infantil em seus aspectos históricos e legais, em especial suas finalidades e desenvolvimento como educação básica. No terceiro, tratamos da rotina nas suas práticas habituais de organização, tomando base o Referencial Curricular Nacional abordando e analisando a Educação Infantil como perspectiva sócio-educativa tendo como referencias os RCNEI. O quarto capítulo tratamos da indisciplina e seus enfoques nos conceitos e características, dos fatores causadores pela indisciplina no ensino-aprendizagem. Esboçando um amplo conceito de (in)disciplina, mostrando o papel da escola,mediante o comportamento atitudinal do educando, inserindo as razões pelas quais este comportamento surge,as evidências explicita também no contexto familiar e na escola as práticas divergentes com relação ao corpo docente em virtude da indisciplina fazendo uso de atribuições formais, morais e disciplinares. Em seguida, no quinto capítulo, apresentaremos a intervenção socioescolar realizada numa escola publica de ensino infantil, aonde tivemos a oportunidade de unir teoria e prática na condição de professor e pesquisador, como sugere David Tripp (2005). Fechamos nossas reflexões com as considerações finais, ressaltamos a necessidade de uma reflexão de acordo coma questão (in) disciplina, usando a pedagogia com mais maturidade no ato das contribuições resultando uma obtenção proveitosa para a minimização desta problemática causada pela indisciplina. Essa pesquisa também caracterizada como uma intervenção socioescolar por possibilitar uma reflexão e uma intervenção na problemática, contribuindo com escola campo de intervenção e com o processo de formação do educador.

**A EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS**

A Educação Infantil na realidade consiste na primeira etapa da educação básica da criança, proporcionando assim, o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da mesma, sendo, portanto o primeiro nível de ensino escolar. A educação básica também tem a finalidade de desenvolver no discente uma imagem positiva de si própria, conhecendo seu próprio corpo,brincando e expressando-se em torno de suas emoções e seus sentimentos, a educação infantil é onde inicia-se suas percepções da vida escolar,é também a fase em que ela demonstra suas capacidades e superações. Segundo, Nunes (2009, p. 65): “os desafios a serem enfrentados no campo da Educação Infantil são inúmeros, envolvendo desde condições de infraestrutura às práticas e a formação dos profissionais que nela atuam”. Muitos destes desafios são frutos da trajetória da Educação Infantil em nosso país, que assumiu funções e objetivos diversos ao longo da sua história: assistencialismo, compensação, preparação para a alfabetização, formação integral da criança. A Educação Infantil tem, portanto, buscado incansavelmente suportes para agregar aos constantes desafios encontrados e se consolidar como um campo de atuação e pesquisa fundamental para a formação do ser cidadão desde sua essência até os dias atuais. A Educação Infantil é a primeira etapa de formação do indivíduo e vai sendo desenvolvida, particularmente, através dos processos do próprio individuo, mediante a condição humana, de posse de seus poderes funcionais harmonizando suas relações com a natureza e a sociedade.

**ASPECTOS HISTÓRICOS**

Até meados do século XIX, praticamente não existia no Brasil um atendimento às crianças pequenas em instituições como creches e pré-escolas. Essa situação se modificou a partir da segunda metade daquele século em função do crescimento cultural e tecnológico que promoveram a possibilidade do trabalho feminino. Em consonância com esse movimento histórico havia o ideário liberal da construção de uma nação moderna, com preceitos educacionais importados do movimento da Escola Nova (final do séc. XIX até meados do séc. XX), de influência America e europeia. A partir das discussões fomentadas foram criados os primeiros Jardins de infância, no Rio de janeiro e São Paulo, inspirados nas ideias de Froebel. Em decorrência do I Congresso Nacional Brasileiro de Proteção à Infância, realizado em 1922, surgiram às primeiras regulamentações do atendimento as crianças pequenas em Escolas Maternais e Jardins de infância, que previam as instalações de creches e salas de amamentação próximas ao ambiente de trabalho, de forma a facilitar o atendimento ao lactante durante o horário de trabalho das operárias. Sendo assim, a importância destas instalações é cada vez mais relevante para que se obtenção de uma ótima qualidade de trabalho. Na década de 30, foram criadas algumas instituições oficiais de proteção à criança, cujo atendimento era de caráter assistencialista. Nas décadas seguintes, entre 1940 e 1960, o Departamento Nacional da criança, pertencente ao Ministério da Educação e Saúde, criou a Casa da Criança, com atendimento nas áreas da saúde e previdência. Uma mudança importante ocorreu no inicio da década de 60 com a Lei nº 4.024/61-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - que incluiu os Jardins de Infância no Sistema de Ensino, incrementando a procura da clientela para essa escola. O aumento da demanda para o atendimento a crianças pequenas, nos anos 70, incentivou o processo de municipalização da educação pré-escolar, gerando, dois anos mais tarde, 460 mil matriculas nas pré-escolas de todo o país. Não obstante, essas procuras registravam-se acirrados debates sobre a natureza assistencialista de um espaço que se pretendia educativo, provocando um descrédito nessa política educacional. Persistindo as indefinições sobre a natureza da Educação Infantil, foi criado, no final dessa década, um programa nacional de caráter assistencialista - O Projeto Casulo implantado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) e não pelo MEC. No final do regime militar (1964-1985) foram adotadas medidas para ampliar o acesso e a permanência da população mais pobre à escola, através das políticas contempladas no I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República - IPND-NR/86. Após pressões de movimentos feministas e lutas pela democratização da escola pública conquistou-se, na Constituição Brasileira de 1988, o reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado, a ser cumprido pelos sistemas de ensino. Em 1990 foi promulgada o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que incorporou as conquistas determinadas pela Constituição de 1988, fomentando discussões sobre a nova LDB (Lei nº 9.394/96) e impulsionando os diferentes setores educacionais e repensarem um novo modelo de Educação Infantil Para atender às determinações da LDB, que estabelece a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica adota-se novas concepções acerca do desenvolvimento infantil, assim modificando as propostas pedagógicas já existentes. Em 1998 o RCNEI foi formulado pelo MEC, no contexto da definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais, constituindo-se num conjunto de orientações e referenciais pedagógicas não obrigatórias à ação docente. No ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação (CNE) definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Ambos os documentos têm subsidiado a elaboração de novas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil. Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE/2001) ficou determinado que os estados, os municípios e o Distrito Federal elaborassem seus respectivos planos decenais, orientando que estes fossem construídos num processo democrático, amplamente participativo. Em 2004, o Ministério da Educação e Cultura, em parcerias com as secretarias Estaduais de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), realizou uma série de seminários regionais para discutir a formulação das novas políticas públicas para a Educação Infantil, contando coma participação de diversos atores da sociedade e educadores ligados a essa etapa de ensino. As discussões promovidas nesses seminários resultaram em contribuições que contemplaram as especificidades de cada região, sendo estas incorporadas à versão final do documento Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito da criança de 0 a 6 anos à educação, cujo teor contém diretrizes, metas, objetivos e estratégias para a área. Neste mesmo ano, a Câmara de Deputados Federais aprovou o Projeto de Lei nº 3.675/04, que amplia a duração do ensino fundamental de oito para nove anos, com matrícula a partir dosséis anos de idade. A discussão acerca dessa ampliação já vinha ocorrendo no país desde o final dos anos 90 e passou a constar como possibilidade no Plano Nacional de Educação, em vigor desde 2001. Com isso os deputados aprovaram a Lei nº 11.114/05 que altera a Lei nº 9.394/96, estabelecendo o inicio da obrigação de matrícula no ensino fundamental das crianças aos 06 anos de idade; entretanto, a obrigatoriedade dos pais em matricular seus filhos nessa idade começa apenas em 2006. A antecipação do ingresso da criança de 6 anos ao ensino fundamental tem implicações em várias áreas escolares: currículos, equipamentos e materiais didáticos,formações de profissionais, entre outros, trazendo gastos e exigindo planejamento financeiro dos estados e municípios. Diante disso, uma nova lei federal foi criada (Lei nº 11.274/06), concedendo aos sistemas de ensino um prazo até 2010, para que possa adequar seu atendimento à nova demanda.

**ASPECTOS LEGAIS**

Nós temos muitas leis que envolvem a educação infantil. É uma pena que na maioria das vezes ela fica apenas no papel O Estatuto da criança e do Adolescente nos diz, em seu capítulo segundo, que toda criança tem o direito a saúde, a partir do momento de sua concepção, com direito a acompanhamento pré-natal todo custeado pelo SUS - Sistema Único de Saúde tem o direito à liberdade, ao respeito e a dignidade, direito a opinar, se expressar, frequentar a religião que quiser brincar se divertir, jogar bola, e ser protegida. Direito a ter uma família que a ame e a proteja, seja família adotiva ou genética, tem o direito a ter mãe, pai a ser vista como um ser possível de ser amada. Porém, mediante este fato sabe-se que a realidade encontrada é bem diferente daquela presente nos discursos oficiais. É comum presenciarmos crianças excluídas da vida social, submetidas a situações sub-humanas. O capítulo IX do Estatuto, nos deixa claro que toda criança tem o direito a Educação, sendo respeitada pelos educadores e condições de ir até a escola, as crianças de zero a seis anos tem o direito a ser mantida pelo Estado em creches e jardins de infância onde essa possa desenvolver-se cognitivamente, têm o direito à Cultura, e ser respeitada culturalmente, não importa a cor, etnia, classe social, o nome de falar ou se expressar, cada criança deve ser tratada com muito amor e respeito, ainda mais em um país rico em cultura como é o Brasil. Tem direito ao esporte e ao lazer. A respeito deste capítulo sabe-se que tal direito varia de acordo com a classe social de cada individuo. Muitos são os direitos que o ECA a reservou a cada criança e na condição de educadores infantis em formação é imprescindível que tomemos pé desses direitos para sabermos como agir frente a determinadas situações. Ressaltemos que na década de 70, foi aprovada uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no contexto histórico do período ditatorial e naquele momento, a Educação Infantil, ou pré-escola como era denominada na época, não despertava qualquer interesse à classe política e nem tampouco à sociedade. Apenas já no final do século XX, em meados da década de 90, foi promulgada uma LDBEN, a de N° 9394/96, conhecida como Lei Darcy Ribeiro, e nesta, finalmente, a Educação Infantil ganhou vez, sendo inclusive desde então, considerada como uma modalidade de Ensino, ganhando, portanto, políticas públicas e de formação profissional específicas à sua realidade. Em suma, a Educação tem suas complexidades e que cabe a cada um aperfeiçoar, por meios de ações, trabalhos e atitudes, para que as crianças tenham uma educação de qualidade.

**A ROTINA ESCOLAR COMO ALIADA DO EDUCADOR INFANTIL: A HORA DO INTERVALO: O QUE DIZEM OS ESPECIALISTAS?**

O intervalo entre as aulas representa um aspecto especial na rotina escolar. Muitas vezes, trata-se do único momento em que os alunos podem fazer opções: Com quem conversar de quem se aproximar, onde e como brincar. E o espaço tempo que os convida a explorar diferentes percursos e aprender algo mais sobre as relações grupais. Com base no texto da especialista, observa-se que o intervalo é um curto espaço de tempo em que as crianças interagem umas com as outras, tendo opções e livre para fazer suas escolhas com quem deseja brincar ou conversar, fazer novas amizades, como também descansar após as atividades escritas da sala de aula. Contudo, é nesta hora que as crianças extravasam todas as suas energias. Não é à toa que, para boa parte dos estudantes, o recreio é a hora mais esperada. Quem não se lembra das brincadeiras no pátio? Também são inesquecíveis os intervalos perdidos dentro da sala aula, como castigo. Enfim, muitas experiências significativas se constroem ou se intensificam nesse período de 20 ou 30 minutos. A hora do recreio cria expectativas no educando, tendo em visto que o tempo previsto para este momento reservado para eles é limitado, portanto recomenda-se que seja bastante aproveitado. A convivência entre as crianças e os jovens durante este tempo livre é um bom termômetro do clima escolar: um cenário de alunos explorando diferentes espaços e atividades relevam-se muito distinto daquele com estudantes isolados ou que agem com violência. Há instituições que, para evitar o caos, desenvolvem estratégias de controle: aumento da fiscalização dos inspetores, atividades monitoradas e restrição dos locais de circulação. Embora essas práticas ajudem a conter distúrbios, elas não educam os alunos para lidar com as tensões cotidianas. Essas práticas em si amenizam algumas situações mais não se tem como medidas de soluções de determinados acontecimentos dentro do contexto escolar. Para os que se isolam ou que agem com violência, requerem medidas e estratégias diferenciadas, como resoluções de situações ocasionais dentro do espaço escolar, de modo que mantenham todos no mesmo ambiente. Se entendermos a escola como um lugar de socialização, devemos ensinar as crianças e os jovens a lidar com os desentendimentos sem jamais negar a existência deles. Afinal, o conflito é inerente as relações humanas. Evidentemente essa é uma escolha que precisa estar explicitada no projeto político pedagógico da instituição. É possível refletir sobre o tema em assembléia, conselhos de classe e no próprio grêmio estudantil e, com isso ajudar os alunos a compreender a natureza de problemas coletivos e a propor soluções para enfrentá-los. Nesse caso, faz necessário que sejam discutidos e articulados projetos que favoreçam ao entendimento sobre a problemática encontrada dentre os conflitos coletivos. Há casos de escolas que incentivam alguns alunos a se tornarem mediadores de conflitos para atuarem no intervalo. Nesses casos, quem assume essa função tem a clareza de que não é inspetor ou vigilante que deve ser capaz de avaliar se tem condições de resolver determinado problema ou se deve recorrer a um adulto. Sendo assim, cada escola tem suas peculiaridades e sistematização para resolver determinadas situações. Um olhar atento sobre as relações que se apresentam no recreio ajuda o orientador educacional a entender os problemas que emergem do grupo. Muitas vezes, é só no pátio que se percebe a atuação de um líder ou o isolamento de um aluno. As investigações das áreas ocupadas e das vazias também trazem informações importantes. Por exemplo: quais investimentos e intervenções são necessários para vitalizar o espaço físico da escola? Cabe aos gestores definir e programar estratégias formativas para que os professores, inspetores e funcionários atuem de forma educativa nos recreios. Afinal, um tempo tão rico para o ensino e a aprendizagem merece muita atenção. Mediante estas indagações, vale ressaltar que, o espaço físico da escola ajuda, porém, quando se trata de uma estrutura de grande porte, onde as situações em ambientes mais apropriados são favoráveis e não adaptações como são feitas em residências para funcionar como espaço escolar. No entanto a referida escola é de pequeno porte e não atende aos padrões da educação infantil, onde precisa de espaço específico. Presume-se que, independente de tamanho de espaço físico, existe outras intervenções que pode ser feitas para suprir de acordo com a necessidade da escola. Por exemplo, direcionar as atividades dentro do espaço escolar. Diante do exposto as escolas têm que ser bem projetadas visando melhores condições de estrutura física e montar estratégias para manter o controle das situações que deparamos no horário do intervalo.

**A INDISCIPLINA: CONCEITOS E CARACTERISTICAS**

As instituições escolares há muito tempo, vem sofrendo conflitos com relação à indisciplina, porém, esse problema não está só nas instituições escolares como também na família e no meio social. As atitudes do indisciplinado são advindas de vários aspectos: afetivo, psicológico entre outros. O conceito de indisciplina apresenta uma complexidade que precisa ser considerada. Um entendimento suficientemente amplo do conceito de indisciplina escolar precisa integrar diversos aspectos. É preciso, por exemplo, superar a noção arcaica de indisciplina como algo restrito à dimensão comportamental. Ainda, é necessário pensá-la em consonância com o momento histórico desta virada de século. Neste texto, para fins de desenvolvimento conceitual, a noção de indisciplina será considerada através de três de seus principais planos de expressão na escola. De um lado, é possível situá-la no contexto das condutas dos alunos nas diversas atividades pedagógicas, seja dentro ou fora da sala de aula. Em complemento, deve-se considerar a indisciplina sob a dimensão dos processos de socialização e relacionamentos que os alunos exercem na escola, na relação com seus pares e com os profissionais da educação, no contexto do espaço escolar - com suas atividades pedagógicas, patrimônio, ambiente, etc. Finalmente, é preciso pensar a indisciplina no contexto do desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Sob esta perspectiva, define-se indisciplina como a incongruência entre os critérios e expectativas assumidos pela escola (que supostamente refletem o pensamento da comunidade escolar) em termos de comportamento, atitudes, socialização, relacionamentos e desenvolvimento cognitivo, e aquilo que demonstram os estudantes. Mas este modo de conceituação situa a indisciplina como uma disposição em relação a algum referencial. Assim, o conceito engloba um duplo movimento Também do lado da escola pode ocorrer alguma incongruência em relação aos referenciais assumidos, de tal forma que também ela pode ser eventualmente considerada “indisciplinada”. É papel da escola considerar o quadro concreto das condições e desenvolvimento dos alunos e de suas necessidades, bem como garantir as condições apropriadas ao processo de ensino- aprendizagem. Assim, as expectativas da escola, por exemplo, devem refletir não uma disposição autoritária elaborada por um determinado grupo responsável por processos decisórios na escola, mas uma orientação de base consensual que reflita a contribuição de toda a comunidade ligada à escola, e não apenas dos profissionais da educação que nela atuam. A ausência de bases democráticas no modo como se articulam as relações entre professores e estudantes no interior da escola, por exemplo, pode desencadear resistência e contestação por parte dos estudantes aos próprios esquemas da escola, o que deve ser considerado uma expressão de indisciplina carrega uma legitimidade e pertinência difíceis de negar. Entende-se por indisciplina os comportamentos disruptivos graves que supõem uma disfunção da escola. Os comportamentos indisciplinados simplesmente obedecem a uma tentativa de impor a própria vontade sobre a do restante da comunidade. [...] Também se entende por indisciplina as atitudes ou comportamentos que vão contra as regras estabelecidas, as normas do jogo, o código de conduta adotado pela escola para cumprir sua principal missão: educar e instruir. “Então, muitas vezes, o problema consiste em que não existem tais normas, a escola funciona de acordo com um código não-escrito, conhecido somente por poucos, o qual não é divulgado entre a comunidade escolar”. (CASAMAYOR apud AQUINO, 2006, pg. 15) Sabe-se claramente que a Indisciplina constitui uma das queixas reinantes quanto ao cotidiano não apenas de professores, mas também de pais. Trata-se de um fenômeno escolar que ultrapassa fronteiras socioculturais e também econômicas. Deixaram de ser encarados como eventos esporádicos para se tornarem, uma das razões nucleares do alegado desgaste ocupacional dos profissionais da Educação. Parece ter relação imediata com o estilo de ação do professor, mostrando-se como resposta a falta de autoridade ou ao seu excesso. De acordo com o autor sabe-se que a indisciplina é de uma complexibilidades extrema e difícil de resolver, pois atitudes excessivas de autoritarismo quanto à falta de uma imposição por parte dos profissionais ou familiares e até mesmo pessoas da sociedade pode não ter sucesso em tal ação. Em todos os casos o que parece estar em pauta é a afronta – declarada ou não – aos códigos normativos em vigor na Instituição. Não se trata de um fenômeno exclusivo da Escola Pública. O ápice do fenômeno parece se dar na maioria das vezes, entre a etapa final do ensino Fundamental e o início do ensino Médio. Temática, que tomou entre nós, maior visibilidade a partir dos anos 1990. A maioria dos educadores não sabe ao certo como administrar o ato indisciplinado (dialogar? Punir? Encaminhar? Ignorar?). Estas indagações são típicas de alguns profissionais,que se depara com diversos distúrbios indisciplinares e passa a agir usando sua autoridade dentro da sala punido, encaminhando por diversas vezes para a direção da escola, ou não dar relevância por medo de alguma reação inesperada por parte do mesmo. Suspeita-se que a Indisciplina discente seja um fenômeno típico da adolescência, e esta caracterizada pelo questionamento e dos valores impingidos pelo mundo adulto. Manifestação de uma agressividade latente dirigida contra as figuras de autoridade, agressividade gerada pela “desestruturação” do ambiente familiar (prejuízos psíquicos difusos). Más influências a que as novas gerações foram expostas (o excesso de televisão, de internet, etc.) Supõe-se que, centrando os esforços em torno dos “casos graves”, poder-seia livrar os alunos medianos da ameaça de serem corrompidos por hábitos avessos aos bons costumes. A escola poderia fazer muito pouco, ou quase nada, contra a degradação da sociedade contemporânea, simbolizada pela indisciplina generalizada das novas gerações.Esta escola do passado é ainda para muitos, o modelo almejado...Medo, coação, subserviência. É isto que devemos saudar? A estrutura e o funcionamento escolar então espelhavam o quartel, e o professor, um superior hierárquico. Uma espécie de militarização difusa parecia, assim, definir as relações institucionais como um todo. Ora, com a crescente democratização do país e, em tese, a desmilitarização das relações sociais, uma nova geração se criou. Os parâmetros que regem a escolarização ainda são regidos por um sujeito abstrato, idealizado e desenraizado dos condicionantes sócio-históricos. A Indisciplina pode estar indicando o impacto do ingresso de um novo sujeito histórica, com outras demandas e valores, numa ordem arcaica e despreparada para absorvê-la plenamente. Numa perspectiva genericamente psicológica, a questão da indisciplina estará inevitavelmente associada à idéia de uma carência psíquica. O reconhecimento da autoridade externa (do professor no caso) pressupõe uma infraestrutura psicológica, moral mais precisamente, anterior à escolarização. Permeabilidade de regras comuns; partilham de responsabilidades, cooperação, reciprocidade, solidariedade, etc. O aluno atual carece de tais parâmetros, pois nota-se: agressividade/rebeldia; ou apatia/indiferença, ou, ainda, desrespeito/falta de limites. Que se trata, supostamente, de um sintoma de relações desagregadoras, incapazes de realizar a contento sua parcela no trabalho educacional das crianças e adolescentes. Um esfacelamento do papel clássico da instituição familiar, enfim. Mediante o texto acima citado, a esse respeito, o discente desenvolve agressividade, indiferença, devido os limites que não é posto para eles. O que deve regular a relação é uma proposta de trabalho fundamentada intrinsecamente no conhecimento. Por meio dela, pode-se fundar e/ou resgatar a moralidade discente na medida em que o trabalho do conhecimento pressupõe a observância de regras, de semelhanças e diferenças, de regularidades e exceções. Este trabalho de incessante indagação, no trabalho científico, não requer que o aluno seja estático, calado, obediente. O trabalho do conhecimento, pelo contrário, implica a inquietação, o desconcerto, a desobediência. A questão fundamental está na transformação desta turbulência em ciência. È preciso, pois, reinventar continuamente os conteúdos, as metodologias, a relação. Esta guinada na compreensão e no manejo disciplinares vai requere enfim, uma conduta dialógica por parte do educador, pois é ele quem inaugura a intervenção pedagógica. O ofício docente exige a negociação constante, quer com relação às estratégias de ensino ou avaliação, quer com relação aos objetivos e até mesmo aos conteúdos preconizados – sempre com vistas à flexibilização das delegações institucionais e das formas relacionais. Quesitos principais dessa relação: Investimento nos vínculos concretos (onde essa relação é foco principal) Fidelidade ao contrato pedagógico – que este seja razoável para ambas as partes. Permeabilidade para mudança e para a invenção – reaprender seu ofício e reinventar seu campo de conhecimento a cada encontro. Segundo Aquino (ano? P.?) em seu livro “Indisciplina: Alternativas teóricas e práticas” a Indisciplina discente é um fenômeno típico da adolescência. Quais características abaixo podem explicar os motivos que são causadores da Indisciplina em sala de aula: I. O questionamento às normas e valores que são impostos pelos adultos. II. Desestrutura familiar (pela desagregação de casais, falta de tempo com os filhos, não supervisão das tarefas escolares, etc.) III. Aos hábitos e novos costumes impostos pelos meios de comunicação de massa, mais sedutores do quê o espaço de sala de aula.

**RAZÕES DA INDISCIPLINA E DA AGRESSIVIDADE**

Desde alguns anos atrás, vai instalando-se em nossas sociedades, e de maneira especial em nossas escolas, a convicção de que os estudantes vão sendo cada vez mais indisciplinados e mal-ducados, mostrando comportamentos que interrompem o clima acadêmico da escola, quando não protagonizam agressões verbais e físicas, furtos, destruição do mobiliário, etc.O fato de que na escola surjam problemas de convivência não é nada novo. Sempre tem acontecido, se bem que o seu tratamento tem estado muito centrado nos aspectos punitivos e na seleção. Pressupõe uma visão pobre ou psicologista das causas de problema, atribuindo-se à falta de interesse do aluno, à sua escassa capacidade, sua preguiça, ou inclusive, ao seu “caráter violento” etc., ou então se explica pela sua origem (classe social, raça, etc.), assumindo-se que os problemas sempre surgirão a partir destas classes sociais porque carecem de uma adequada educação, não tem expectativas de estudos posteriores, etc. No entanto, estes problemas são multicausais e têm sua raiz não apenas no ambiente social e nas mudanças socioeconômicas que vão se produzindo, diante dos quais as crianças são mais vulneráveis do que os outros, quanto as suas expectativas de futuro. Segundo Içami Tiba (1996, p.79) A educação escapou ao controle da família porque, desde pequena a criança já recebe influências da escola, dos amigos, da televisão e da internet. A agressividade aqui colocada está focalizada como uma das manifestações da indisciplina e apresenta as seguintes razões: a) Excesso de repressão, professor autoritário em classe, regras rígidas na escola, intolerância, etc. Podem provocar uma natural onda de revolta principalmente naqueles que não sejam passivamente submissos e queiram saudavelmente participar das atividades. Assim a indisciplina pode surgir como não aceitação do absolutismo e autoritarismo excludente. A repressão não educa; b) Excesso de liberdade, professor e família permissivo em classe, escola sem direção, ausência de regras também na escola, etc. Quando os alunos ficam entregues aos próprios critérios de convivência os mais abusados podem não respeitar as autoridades naturais inerente aos educadores nem poupam os próprios colegas. Ausência de limites também não educa; c) Problemas funcionais da escola, coordenador (ou diretor) desautoriza o seu próprio professor, funcionários que desacatam ou transgridem normas existentes na escola, etc. Quando os alunos percebem que podem jogar uma autoridade contra outra sejam quais forem os seus níveis hierárquico, o fazem para tirar beneficio próprio em detrimento da sua formação e capacitação, pelo prazer imediato de não ter que cumprir algo que deveria. Numa desavença entre professor e aluno, este pode desautorizá-lo já sabendo que o diretor, ou a Escola adota a filosofia do “aluno tem sempre razão”; d) “Avental comportamental” ausente no professor, à sua função pedagógica, o professor tem que ter consciência de ser um representante da Escola. Quando um aluno o desrespeita em classe é a Escola que está sendo atingida através do professor, e não somente ele propriamente dito. Quando cada professor toma como um problema pessoal, cria na Escola um clima de anarquia, visto os professores serem diferentes entre si. Da anarquia nasce a indisciplina. O “avental comportamental” do professor representa o comportamento padrão dos representantes da Escola em relação às indisciplinas mais comuns. Este padrão é estabelecido no começo do ano letivo com todo o corpo docente presente que após mapear quais as indisciplinas mais comuns que ocorre na Escola votam quais os procedimentos que todos os professores devem tomar. A indisciplina do aluno deixa de ser somente um problema contra um determinado professor e passa a ser entendido como um desacato à Escola; e) “Coerência, Constância e consequência, são um princípio presentes nos educadores nos seus próprios comportamentos e ações educativas em relação aos educando. No lugar de castigos que pouco educam, o importante é que os educando assumam as conseqüências de suas transgressões e indisciplinas. A diferença entre castigo e conseqüência é que este busca o educando aprender com o erro. O educando aprende com o custo da conseqüência e não com a pena do castigo; f) “Decoreba” como indigestão do aprendizado, o aluno seria o equivalente a um empregado que trabalha somente no dia do pagamento, passando o resto do mês “sem ter o que fazer”, portanto, propenso à indisciplina. Decoreba é o método usado pelos alunos, e aceito pelos professores, deles “engolirem um livro na véspera da prova”. Vão cheios de rituais na prova porque não sabem a matéria, pois quem sabe não precisam de rituais. O material “engolido” é perecível (dura somente ate a hora da prova) e descartável (usou uma vez já não se lembra mais). Usa somente como entrou porque não faz parte do corpo de conhecimento do aluno; g) “Estuprador Mental” é o professor maquina de dar aula que não prepara o aluno para receber a sua aula. Como qualquer boa refeição que requer uns aperitivos, para uma boa aula o professor precisa aquecer os cérebros dos alunos presentes para recebê-la; h) Professor “decoreba” é o professor que “decorou” a aula que vai dar e a repete todos os anos iguaizinhos à do ano anterior, talvez por mais de 20 anos. È um professor retrógrado que estimula o decoreba. A sua sala parou no tempo e ficou totalmente fora do contexto atual, isto é, muito distante do cotidiano do aluno, gerando seu desinteresse. Isso gera indisciplina; i) Pais desinteressados no aprendizado, mas querem aprovação, são pais retrógrados que mandam os filhos para a escola para serem aprovados e não aprenderem a ampliar o seu mundo e crescer. O que lhes interessa é o diploma. O que faltar futuramente aos filhos os pais está disposto a supri-los. Assim os filhos estudam o suficiente para passar de ano. Então eles sendo preparado para o futuro trabalharem o suficiente para não serem despedidos quando empregados e/ou pagarem o mínimo necessário para seus empregados não os abandonarem, caso sejam empregadores; j) Pais que terceirizam para Escola a educação dos seus filhos, hoje há pais que por perderem suas referencias educativas delegam à escola a responsabilidade de educar os seus filhos. Para a escola, os alunos são meros “transeuntes curriculares” isto é, mudam de escola num piscar de olhos por qualquer motivo e saem da escola quando terminam o curso. Mais para os pais, os filhos são para sempre. Filhos são como navios. Os pais são os estaleiros que fabricam os navios e a escola vai capacitá-los através de instrumentos que vão auxiliá-los a navegar pelos mares muitas vezes desconhecidos dos seus próprios pais. Portanto escola e pais têm funções diferentes, mas complementares. Os pais não devem jamais abrir mão de educar seus filhos. Como ninguém consegue dar o que não tem, é importante que os pais sejam progressivos e se preparem para poder dar uma boa educação aos seus filhos. São retrógados os pais que por encontrarem dificuldades abandonam suas funções e passa a ser muito cômodo poder cobrar dos outros as suas próprias falhas, estas falhas vão gerar indisciplina; k) Drogas, um grande problema que infelizmente esta aumentando, sejam elas licitas ou ilícitas, elas prejudicam o desempenho escolar e relacional dos alunos. O usuário fica à mercê dos seus defeitos químicos e sua vontade já não esta mais sob o seu controle. Assim ele passa a fazer o que a droga lhe permite. Uma das primeiras estruturas a serem tiradas de função é o superego. È ele que nos torna adequado a diversos meios que freqüentando e consigamos ter força de vontade e produtividade. Na ausência, o usuário fica mais a disposição dos seus instintos e vontades que não combinam com o assistir aulas, fazer provas, respeitar outras pessoas como professores, colegas, etc. è importante que os educadores estejam preparados, no mínimo informados, para lidar bem com seus usuários.

**AÇÃO DOCENTE FRENTE AO ALUNO INDISCIPLINADO E AGRESSIVO**

Atualmente começam a adquirir maior importância os problemas de disciplina e convivência nos centros educativos, especialmente no período das séries superiores do ensino fundamental. Sem perder de vista que esta problemática faz parte de um momento de crise que invade nossas sociedades e afetando instituições educadoras tradicionais como a família, e igreja e a escola, entendemos a tal problemática pode ter um tratamento curricular indo além do simples agravamento das medidas regulamentares punitivas. Como diz Içami Tiba (1996, p.179) Um desrespeito aos pais pode ser relevado, aos professores já implica em advertência, e às autoridades sociais, há punição. A indisciplina e a agressividade constituem-se em um desafio para os docentes, representa um dos principais obstáculos ao trabalho pedagógico, demonstra a ausência de regras e limites por parte da criança. Necessitamos de uma postura compartilhada em relação à indisciplina, investindo na prevenção. A escola deve funcionar através de espaços e tempos geridos com critérios adequados à participação e ao diálogo entre os alunos e destes com os professores, onde o problema deve ser contextualizado, analisando as suas causas profundas e favorecendo a mobilização de ações alternativas. Um comportamento indisciplinado é qualquer ato ou omissão que contraria alguns princípios do regulamento interno ou regras básicas estabelecidas pela escola ou pelo professor ou pela comunidade. A indisciplina é uma resposta à autoridade do professor. O aluno contesta porque não está de acordo com as exigências do professor, com os valores que ele pretende impor, com os seus critérios de avaliação, a sua parcialidade,... Existe entre o professor e o aluno uma relação desequilibrada. O aluno não aceita o professor ou a sua disciplina. O professor não consegue motivar o aluno ou despertá-lo ou cativá-lo. Os motivos da indisciplina podem ser extrínsecos à aula, tais como problemas familiares, inserção social ou escolar, excessiva proteção dos pais, carências sociais, forte influência de ídolos violentos, etc. Nestes casos o professor pouco pode fazer. No entanto existem outras causas que resultam de disfunções entre os alunos e a escola. A desmotivação dos alunos e o desinteresse explicitam por aquilo que se pretende ensinar ou qualquer outro comportamento inadequado, por vezes não são mais do que chamadas de atenção ao professor sobre os seus métodos de ensino ou sobre as estratégias de relação na aula. O professor deve ser explícito e justo na negociação do contrato que é feito com os alunos. A alteração das regras pode provocar indisciplina.

**EXERCITANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA: UMA INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA**

Escola Municipal Profº José Silvino de Oliveira de Ensino Infantil situada na Travessa José Silvino de Oliveira, em Guamaré, RN é uma instituição de pequeno porte, Fundada em 18 de Dezembro de 2000. Possui cede própria funciona em dois turnos, matutino e vespertino, atendendo crianças apenas na faixa etária específica para a modalidade de Educação Infantil. A referida escola apresenta um quadro administrativo completo com onze professores, no técnico com uma coordenadora, doze funcionários nos serviços gerais (ASG), quatro coordenadores de turno, dois monitores de Ônibus, dois vigilantes, dois porteiros, dois mensageiros, dois digitadores, duas secretárias e a diretora. Referente à formação dos profissionais do ensino, no momento apenas um encontra-se cursando Pedagogia, os demais são graduados e/ou especialistas, Quanto aos recursos de materiais, o número de carteiras é suficiente para suprir a necessidade da instituição. Os materiais para expediente disponíveis é composto por computador, TV, DVD, caixa amplificada, aparelho de som, recursos didáticos também são suficientes e atualizados. A mesma tem disponibilidade aos professores através da Secretaria de Educação do município com cursos de pro-letramento, Intel Educar, Parâmetros em Ação entre outros. A escola utiliza metodologia que favorece a aprendizagem do educando, avaliando-os pelo processo contínuo, diagnosticando e desenvolvendo avaliações qualitativas e quantitativas, sendo que os conteúdos trabalhados são relacionados como contexto de vida dos discentes.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento deste trabalho objetivou conhecer as diversas manifestações indisciplinares causador de inúmeras polêmicas do cotidiano escolar. Mediante as leituras feitas enfocando o tema, pode-se constatar que a indisciplina pode está se manifestando de diferentes formas inerente, biológico ou social. A freqüência com que acontecem esses comportamentos inadequados gera transtornos para professores, gestores entre outros que estão inseridos no ambiente escolar Diante do exposto sabe-se que o problema referente à indisciplina, tem constituído em muitos desafios para a escola, sendo que a falta de respeito por parte dos alunos com relação aos professores é constante e a indisciplina acarreta sérios danos para o ensino como também no aprendizado do aluno. Os educadores têm dificuldades em impor os limites estabelecidos dentro da sala de aula, porém, não sabem até que ponto possa está intervindo no comportamento inadequado existentes nos espaços escolares, de modo que, precisa-se que haja uma recuperação a respeito da autonomia,o que não significa ser um educador autoritário injusto diante de suas ações em sala de aula.As instituições escolares visa uma tarefa onde as crianças estejam inseridas nos preceitos da sociedade, porém, muitas vezes ficam omissos. Contudo para o professor é notável a perda da autoridade inerente a sua função. Visto que as dificuldades na aprendizagem causada em decorrência da indisciplina e agressividades, é que partindo deste pressuposto, foi desenvolvido este tema em busca de um entendimento em compreender a relação entre indisciplina e aprendizagem e de como está relacionado dentro e fora do âmbito escolar, sendo que, toda comportamento indisciplinar é decorrente da falta de interesse e isto gera um desestímulo, que é quando não há significado pela aula. Em suma, a aula só tem significância quando se está interessado,sendo assim, a sociedade passa por vários obstáculos visando melhoras para uma educação de qualidade.

**REFERÊNCIAS**

AQUINO, J. G. Indisciplina na escola. São Paulo: Sumus, 1996.

ANTUNES, C. Professor bonzinho= aluno difícil: a questão da indisciplina em sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes,

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2006, 2 vol. \_\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação. Apresentado por Ivan Valente. Rio de Janeiro: DP&A, 2001 \_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 01, de 07 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de abril de 1999. \_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998, 3vol. \_\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dez. 1996.

CARDOSO, Simone. Estabelecendo Limites. Porto Alegre: editora, 1998.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e proteção social. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 17, n. 2, 2003. Disponível em: FERREIRA JR. Acácio de Assunção. Autoridade ou Autoritarismo A “Didática do Comportamento”: uma necessidade na relação Professor-Aluno. Disponível em: http://www.artigocientifico.com.br/uploads/artc\_1151279183\_45.doc. Acesso em: 23 fev. 2013.

LA TAILLE, Y. Autoridade e Limite. Jornal da Escola da Vida. São Paulo, 1.994. \_\_\_\_\_\_. LA TAILLE, Yves et al. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

LIBÂNEO, J. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

NUNES, Deise. Reconhecimento social da infância no Brasil: da menoridade à cidadania In: VASCONCELLOS, Vera. (org.) Educação da infância: história e política. 2ª ed. Niterói: EDUFF, 2011, pp. 107-132

NUNES, Maria Fernanda. Educação infantil: instituições, funções e propostas. In: CORSINO, Patrícia. (org.) Educação infantil: cotidiano e políticas. Campinas, SP: Autores Associados, 2009, pp. 33 – 48.

OLIVEIRA, Zilma. Educação infantil: fundamentos e métodos. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007

ROCHA, Heloísa. A higienização da infância no “século da criança”. In: FARIA, Ana Lúcia. e MELLO, Suely. (orgs.) Linguagens infantis: outras formas de leitura. Campinas, SP: Autores Associados, pp. 49 – 70, 2009

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. Pedagogia Afetiva. 4ª. ed. Rio de Janeiro: vozes, 2001.

SILVA, Nelson Pedro. Ética, indisciplina & violência nas escolas.Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SZYMANSKI, Heloisa. A Relação Família/Escola: desafios e perspectivas. Brasília: Plano Editora, 2001.

TIBA, I. Disciplina, Limite na Medida Certa. 38ª Ed. São Paulo: Gente 1996.

ZAGURY, Tânia. Escola sem Conflito: Parceria com os Pais. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2002.